

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.734 - CE (2019/0232078-3)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE CAUCAIA**  
**PROCURADORES : FERNANDA DE MESQUITA TELES - CE011599**  
**ELI DO AMPARO CAVALCANTE SAMPAIO - CE009731**  
**BRUNO LEITE PINTO - CE023390**  
**RECORRIDO : MED DONTOM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADO : JAIRO GILSON MAGALHÃES OLIVEIRA - CE005797**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ARTIGO 389 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO E DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULAS 282 E 284/STF. ÔNUS DA PROVA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJCE, assim ementado (fl. 132):

EMENTA:PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO, MAS IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

I. Trata-se de Agravo Regimental em sede de Embargos à Execução opostos pelo Município de Caucaia em que se objetiva o reconhecimento do excesso de execução e as deduções dos valores já pagos ao exequente.

II. Na decisão monocrática, foi verificado que o Município não comprovou os fatos aptos a demonstrar a parte excedente da execução, posto que, muito embora tenha alegado o valor que entendia correto, não apresentou qualquer prova que fundamentasse sua pretensão e sequer comprovou que já foi pago ao exequente a quantia de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

III. Ora, cabia ao executado, ora agravante, o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, ou seja, de demonstrar o excesso da execução. Por sua vez, caberia ao exequente, ora agravado, a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No entanto, conforme já registrado na decisão monocrática, o agravante não se desvencilhou do ônus da prova que lhe cabia, posto que não comprovou a razão da pela qual ocorreu excesso de execução na hipótese e também não apresentou memória de cálculo.

IV. Desse modo, não há como prosperar as alegações do Município, devendo ser mantida a decisão monocrática que manteve a sentença que determinou o prosseguimento da execução pelo valor constante do título executivo extrajudicial, após debitada a quantia de R\$ 3.241,49.

V. Agravo Regimental conhecido e improvido.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 389 do CPC/2015. Defende, em síntese, que "na sentença julgou-se parcialmente procedentes os pedidos feitos nos Embargos à Execução, apenas no que diz respeito ao excesso de execução em relação à cobrança de honorários advocatícios, considerando líquido, certo e exigível o título executivo extrajudicial de fls. 10 da Ação de Execução (autos nº 4815- Governo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Municipal de Caucaia Procuradoria Geral do Município 06.2000.8.06.0064), a qual deverá prosseguir, debitando-se do quantum executado o valor de R\$3.241,49. Ou seja, na sentença mandou-se excluir do valor total do título de fls. 10 (R\$ 36.721,50), apenas o valor referente aos honorários advocatícios (R\$ 3.241,49). Desconsiderando, inclusive, o que o próprio exequente afirmou ter recebido do Município, ou seja, o valor referente a R\$ 22.000,00 (fls. 02 da ação de execução nº 4815-06.2000.8.06.0064)" (fls. 103).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 147.

É o relatório. Passo a decidir.

No caso concreto, verifica-se que não houve juízo de valor acerca do dispositivo apontado pela parte recorrente por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Mas, ainda que assim não fosse, tem-se também que não é possível conhecer do recurso especial pois o dispositivo indicado como malferido não contém comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão recorrido.

Ainda nesse sentido, observa-se que o Tribunal de origem assim solveu a demanda (fls. 131/140, com grifos nossos):

**Na decisão monocrática, foi verificado que o Município não comprovou os fatos aptos a demonstrar a parte excedente da execução, posto que, muito embora tenha alegado o valor que entendia correto, não apresentou qualquer prova que fundamentasse sua pretensão e sequer comprovou que já foi pago ao exequente a quantia de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).**

No recurso em tela, o Município levanta os mesmos argumentos trazidos em sede de apelação, não merecendo, portanto, ser o considerada a decisão agravada.

(...)

**Ora, cabia ao executado, ora agravante, o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, ou seja, de demonstrar o excesso da execução.**

**Por sua vez, caberia ao exequente, ora agravado, a prova do fato impeditivo, o modificativo ou extintivo do direito do autor. No entanto, conforme já registrado na (.) decisão monocrática, o agravante não se desvencilhou do ônus da prova que lhe cabia, posto que não comprovou a razão da pela qual ocorreu excesso de execução na hipótese e também não apresentou memória de cálculo.**

Ocorre que o recorrente não impugna a fundamentação de que não se desvencilhou do ônus da prova que lhe cabia, ou seja, de demonstrar o excesso da execução, o que por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 03 de outubro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

